

As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objectivo principal questionar as visões que acentuaram o carácter da polarização social nos campos do Alentejo durante o século XX, como se esta se constituísse por factores lineares que evoluíram de forma constante e progressiva. Segundo a nossa perspectiva, as desigualdades na sociedade rural alentejana organizavam-se em torno de modalidades heterogéneas de exploração agrícola que contemplavam, entre outros aspectos, a pluriactividade¹ e a agricultura familiar.

O texto organiza-se em três partes distintas. Assim, na primeira apresentamos uma leitura resumida sobre o modo de organização da vida rural e agrícola; seguidamente, avançamos uma proposta de tipologia das diversas posições de classe que constituíam a sociedade rural. Com o intuito de demonstrar o nível de complexidade que caracterizava a estrutura social agrícola, analisamos, na terceira parte, um conjunto de dados e de indicadores que compõem os vários recenseamentos, realizados durante 1930 e 1960, de maneira a fundamentar a abordagem teórica e de compreender a composição e a evolução das mesmas categorias sociais ao longo destas décadas.

O estudo das desigualdades sociais no meio agrícola basear-se-á na análise de dados dos diversos recenseamentos elaborados na época. O facto de se utilizarem diferentes fontes² acarreta alguns problemas de uniformização dos dados, na medida em que existe uma variação na utilização de metodologias de recolha de informação e de classificação das várias activi-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

dades e funções sociais. Por este motivo, iremos estabelecer as relações possíveis entre as diversas fontes estatísticas, no sentido de identificar a evolução das mesmas posições sociais ao longo dos vários recenseamentos em causa³. Com base neste intuito, aprofundaremos, sempre que possível, o pormenor da informação, empreendendo, por um lado, uma identificação das diferentes posições e actividades sociais e, observando, por outro lado, o modo como as desigualdades sociais evoluíram a nível de cada concelho.

Alguns estudos rurais que se debruçaram sobre a questão das desigualdades sociais (a maior parte de natureza monográfica)⁴ consideram que os sistemas de estratificação social tradicionais contemplavam um carácter essencialmente dicotómico, no qual se diferenciam dois estratos fundamentais: os *ricos* e os *pobres*. Os primeiros tendiam a possuir (em termos jurídicos e/ou económicos) maiores extensões de terra, a não exercer qualquer modalidade de trabalho manual e a deter níveis mais elevados de instrução. Enquanto os segundos, para além de viverem numa dependência económica quase absoluta em relação aos mais ricos, caracterizavam-se, sobretudo, pelo uso da sua força de trabalho. A posse de terra e o estatuto perante o trabalho manual eram, sem dúvida, os recursos mais distintivos, sendo principalmente a partir destes que se determinava o posicionamento social de cada indivíduo ou família perante a comunidade rural.

A obra central que define esta perspectiva e se tornou um verdadeiro paradigma na análise das desigualdades sociais da sociedade agrária alentejana foi escrita por José Cutileiro em finais dos anos 60. Partindo de uma visão dualista que serve de título ao livro, Cutileiro (1977) considera que a realidade sócio-económica dos campos se dividia claramente entre os ricos e os pobres. Esta dicotomização não é um mero resultado de uma análise abstracta e sistematizada da estrutura social, mas parte do modo como as próprias pessoas se definiam perante os restantes indivíduos e grupos. Deste modo, é estabelecida uma divisão objectiva entre um conjunto de situações polarizadoras perante o trabalho, a propriedade e o local de residência.

Nesta óptica, eram considerados ricos os lavradores que utilizavam mão-de-obra assalariada nas suas explorações e que delegavam a gestão directa da lavoura aos feitores. Por sua vez, os pobres eram todos os outros que trabalhavam directamente na lide agrícola. Segundo a perspectiva de Cutileiro, a estrutura social alentejana era fortemente polarizadora e estruturava-se em torno de duas posições completamente assimétricas: os *latifundiários* versus os *trabalhadores assalariados*. Para além destas classes, o autor identifica mais duas: a dos *grandes agricultores*⁵, cujos interesses de classe se aproximavam claramente do grupo dos latifundiários, e a dos *seareiros*⁶, cuja condição sócio-económica se assemelhava à realidade vivida pelos trabalhadores assalariados⁷.

No entanto, apesar de salientar algumas proximidades sócio-económicas entre estes grupos, Cutileiro apresenta o seu modelo descrevendo autonomamente cada um dos quatro estratos como se fossem objectivamente homogéneos. Esta compartimentação da estrutura social torna-se, em nosso entender, relativamente determinista, sobretudo a nível das camadas mais baixas. Por exemplo, o autor descreve a categoria dos seareiros como sendo relativamente fechada e até endogâmica, destacando-se da classe dos trabalhadores na medida em que tendiam a ser mais prósperos.

O estudo monográfico de Cutileiro foi realizado numa altura em que a mecanização da agricultura se generalizava e em que o Alentejo conhecia uma depressão demográfica considerável, fruto dos fluxos migratórios para as zonas urbanas do litoral e também para fora do país. De facto, os finais dos anos 60 compreenderam factores de mudança estruturais, cujas primeiras consequências se manifestaram sobretudo nas condições económicas e nos modos de vida das classes mais baixas.

Em plena década de 70⁸ (do século xx), Afonso de Barros (1986) estudou a freguesia rural de Albernoa (concelho de Beja), na qual analisou as formas de desigualdade social características da sociedade agrária alentejana, apresentando diferenças essenciais relativamente à perspectiva apresentada por Cutileiro. O sociólogo chama a atenção para o fenómeno da pluriactividade (agrícola e/ou não agrícola) como sendo um elemento estruturante na organização da vida rural.

Neste sentido, constrói uma tipologia de classes na qual enquadra o grupo dos trabalhadores assalariados que desenvolviam, ao mesmo tempo, uma série de actividades como pequenos agricultores trabalhando por conta própria. Afonso de Barros utiliza a noção de *semiproletariado* para caracterizar esta situação sócio-económica, na medida em que verificou que para este grupo a agricultura familiar era uma actividade secundária e complementar do trabalho assalariado⁹.

Nos primeiros anos da década de 70, o autor observa que já não existia praticamente ninguém a exercer a função de seareiro. No entanto, através do recenseamento eleitoral constatou que em 1943 se contabilizavam em Albernoa cerca de 63 chefes de família seareiros, equivalentes a 12% do total recenseado. Como nota o sociólogo, essa percentagem assemelha-se ao valor identificado por Bugalho Pinto (1941), que estudou, no princípio da década de 40, a situação do seareiro na freguesia de Cabeça Gorda (concelho de Beja). Este definhamento da agricultura familiar seareira deveu-se a um conjunto de processos que ocorrem principalmente a partir dos anos 60, dos quais se destaca o impacto da mecanização na grande agricultura.

Por este motivo, em meados dos anos 70 o peso da pluriactividade é praticamente residual na população agrícola de Albernoa. No entanto, o grupo de pessoas que se encontravam nesta situação constituía um conjunto de especificidades sociais que levaram o autor a autonomizá-lo da camada

maioritária composta pelo proletariado agrícola. Afonso de Barros foi assim dos poucos autores que sublinharam a importância da pluriactividade para a economia doméstica de algumas famílias agrícolas alentejanas.

As perspectivas destes dois autores não são necessariamente contraditórias, na medida em que foram produzidas numa altura (finais da década de 60, meados da de 70) em que os factores de polarização social se acentuaram decisivamente. De facto, apesar de considerar que a vida rural contemplava uma maior heterogeneidade de posições, o próprio Afonso de Barros salientou o carácter vincadamente dualista da sociedade alentejana.

Contudo, se nestes anos os dados apontavam para uma acentuada polarização social, independentemente da perspectiva considerada, o mesmo já não se aplica às décadas anteriores, nas quais os factores de mecanização ainda eram relativamente ténues e circunscritos. Na verdade, até finais dos anos 50 a agricultura alentejana ainda era bastante rudimentar no que respeita aos modos e meios de exploração, pelo facto de recorrer fortemente ao trabalho assalariado e aos contratos de arrendamento e de parceria.

O impacto da *campanha do trigo* durante a década de 30 favoreceu o desbravamento da charneca alentejana e a expansão desmesurada da cultura de cereais. Esta exploração intensa dos campos contribuiu para a proliferação de um conjunto diferenciado de agricultores que enveredaram pelo trabalho por conta própria, utilizando para o efeito mão-de-obra de cariz essencialmente familiar. Por outro lado, os níveis de pluriactividade agrícola eram relevantes e relativamente diversificados. Por este motivo, não faz muito sentido falar da resistência do grupo dos seareiros ou dos pequenos agricultores para o período compreendido entre as décadas de 30 e de 50, visto que estes detinham um peso considerável na estrutura social e um papel importantíssimo na orgânica do próprio latifundismo¹⁰.

A VIDA NOS CAMPOS

Uma das diferenças fundamentais que se estabelece entre o Norte e o Sul tem que ver com a estrutura fundiária. Como é sabido, no Alentejo domina a grande propriedade, enquanto a norte a propriedade se encontra muito mais disseminada e dividida. Este factor determina, em grande medida, as diferentes formas de organização social.

Até aos anos 50 a agricultura alentejana ainda não tinha conhecido o impacto generalizado da modernização, de tal modo que uma das características da agricultura latifundiária era precisamente o recurso massivo e constante a mão-de-obra assalariada. A relação entre a grande agricultura de sequeiro e a proletarianização foi sublinhada por um conjunto de autores que se debruçaram sobre a realidade sócio-económica da região¹¹.

Um dos factores que determinaram o desenvolvimento e o alastramento da cultura arvensa no Alentejo foram as duas campanhas proteccionistas ao preço do trigo¹², que incentivaram os arroteamentos e a plantação generalizada de cereais em regime de sequeiro. De uma forma geral, refere-se o impacto que as campanhas tiveram na grande propriedade, que aumentou consideravelmente a área de cultivo¹³.

Como revelam alguns estudos, a política proteccionista não se reflectiu, em nenhum dos momentos históricos considerados, num importante investimento na modernização e mecanização da agricultura nem na mudança estrutural das práticas de gestão e administração agrícolas¹⁴. Pelo contrário, esta política, levada a cabo até metade do século XX, acabou por reforçar a dependência da agricultura latifundiária em relação à mão-de-obra assalariada¹⁵. Entre 1930 e 1950 o peso da população agrícola do Alentejo aumenta consideravelmente e dentro desta é sobretudo o número de trabalhadores por conta de outrem que cresce. Deste modo, gerou-se uma interdependência clara e objectiva entre a expansão da cultura arvensa e o aumento dos níveis de proletarização da população activa agrícola.

No entanto, com o desbravamento das charnecas e a conseqüente generalização da cultura do trigo, a terra disponível tornou-se ainda mais excessiva para ser explorada pelo grande agricultor (que normalmente não investia na mecanização). Por este motivo, intensificaram-se as práticas de arrendamento e de parceria. Durante estas décadas, parte considerável das terras que constituíam a grande propriedade era arrendada a agricultores que cultivavam e colhiam por sua conta.

Os grandes proprietários celebravam contratos de arrendamento a longo e médio prazo com lavradores mais abastados que empregavam mão-de-obra assalariada para a exploração de grandes extensões de terra. Ao mesmo tempo, os proprietários ou os próprios rendeiros podiam ceder parte das terras, por um período não superior a três anos, a pequenos agricultores rendeiros ou parceiros.

Esta última situação caracteriza a actividade do seareiro, que teve uma importância decisiva não só no processo de arroteamento e de desflorestação da charneca alentejana, mas também na generalização da plantação da cultura do trigo. Originariamente, o seareiro pode ser definido como o agricultor que cultivava cereais em terra alheia sob o pagamento de um quarto ou um terço da produção cerealífera ao proprietário, segundo um contrato que poderia ir de um a três anos¹⁶.

Como referem alguns autores, geralmente, os proprietários ou os grandes lavradores rendeiros cediam as terras menos produtivas das suas explorações aos seareiros, fazendo com que, proporcionalmente, estes acabassem por obter lucros mais baixos com o cultivo de cereais¹⁷. Para minimizar os custos, o seareiro normalmente possuía alguns meios de produção (animais de trabalho,

parelha de muares) e recorria principalmente ao trabalho familiar, o que lhe permitia assegurar por conta própria a exploração da terra arrendada. De facto, poucos eram aqueles que empregavam regularmente mão-de-obra assalariada¹⁸.

A posição social do seareiro compreendia outra característica que habitualmente não é referida: o seareiro raramente era só seareiro. Isto é, normalmente era uma situação social «impura» em que confluíam diferentes tipos de actividade agrícola. Como demonstram as monografias de Henrique de Barros (1934) e, sobretudo, de Bugalho Pinto (1941), em determinados sectores da pequena e média agricultura era habitual encontrarem-se situações de pluriactividade e de plurirrendimento. Em muitos casos o agricultor conjugava a actividade de seareiro com a de pequeno proprietário agrícola e/ou com a de assalariado agrícola. Por vezes, também realizava trabalhos por fora (vendendo jeiras) utilizando os seus próprios meios de trabalho (a parelha de muares ou de burros ou, com menor expressão, a junta de bois)¹⁹.

A situação de pluriactividade agrícola obrigava a uma estratégia familiar de divisão do trabalho, na qual os vários elementos do agregado se repartiam perante um conjunto diversificado de funções, podendo mudar várias vezes ao longo do ano a tarefa exercida por cada um. Neste sentido, podemos dizer que a categoria de seareiro não representava uma situação social homogénea. Pelo contrário, estes indivíduos ocupavam, na maior parte dos casos, aquilo que Wright (1994) define como *um lugar contraditório de classe*, na medida em que podiam alternar entre a situação de trabalhador por conta própria (e por vezes de empregador) e a situação de trabalhador por conta de outrem.

Para demonstrar a importância que a situação de seareiro teve na estrutura social agrícola convém referir que em 1952 foram ainda recenseados cerca de 18 286 seareiros no Alentejo, encontrando-se 60% a laborar em explorações do Baixo Alentejo, representando nesta zona 16% da população agrícola activa. Nesta altura, em muitos concelhos do Alentejo o grupo social dos seareiros tinha ainda um peso superior a outras classes sociais agrícolas (v. quadro n.º 1).

Duas décadas depois da «campanha do trigo», a expressão do grupo de agricultores rendeiros e/ou parceiros (incluindo os seareiros) era ainda considerável. O definhamento do volume destes agricultores não se dá de forma repentina, logo a seguir aos anos 30, como muitas vezes se faz crer. Na verdade, os números chegam a indicar um reforço do grupo dos agricultores rendeiros entre 1940 e 1950. Este facto ilustra bem a necessidade e a dependência do próprio sistema latifundiário em relação a estes agricultores, que exploravam parcelas importantes da grande propriedade, recorrendo fundamentalmente ao trabalho familiar. Na verdade, a capacidade de reprodução do latifundismo relaciona-se, em parte, com a própria capacidade de resistência da agricultura familiar. Até certa medida, uma sustentava a outra, e *vice-versa*.

Em suma, a figura do agricultor rendeiro proliferava no Alentejo pelo facto de a maioria dos grandes proprietários não explorar directamente a totalidade da área de cultivo das suas explorações. Surge assim um conjunto diversificado de situações nas quais se distingue claramente o lavrador e o seareiro, como bem observou Silbert (1978). Estes dois grupos diferenciavam-se, segundo o autor, a partir da extensão da terra explorada e da quantidade de meios de trabalho possuídos.

Número e proporção dos seareiros em relação à população activa agrícola de 1950*, por NUTS III

[QUADRO N.º 1]

Zona geográfica	Número	Proporção (percentagem)
Alentejo	18 286	8
Alto Alentejo (a)	2 225	4
Alentejo Central (b)	1 736	3
Alentejo Litoral (c)	3 263	8
Baixo Alentejo (d)	11 062	16

* Esta proporção calculou-se estabelecendo um rácio entre o número de seareiros recenseados pelo *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952* e o total da população agrícola contabilizada pelo *IX Recenseamento Geral da População de 1950*. O cruzamento dos dados destes dois recenseamentos permite-nos estabelecer uma leitura mais aprofundada da realidade social agrícola no Alentejo durante os anos 40 e 50.

(a) Engloba os seguintes concelhos: Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Marvão, Monforte, Mora, Nisa, Ponte de Sor e Portalegre.

(b) Concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Vendas Novas (por ter sido criado em 1962 só aparecerá em dados de recenseamento a partir de 1970).

(c) Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

(d) Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Fonte: *Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente (1952-1954)*.

Para além destes critérios, podemos considerar que a diferença entre o lavrador rendeiro e o seareiro se estabelecia devido à capacidade de utilização de trabalhadores assalariados por parte do primeiro e à necessidade de recorrer a outro tipo de actividade agrícola por parte do segundo. Na verdade, o lavrador ocupava-se exclusivamente da exploração das terras arrendadas, enquanto o seareiro raramente se dedicava continuamente a essa actividade.

Por seu turno, como tivemos oportunidade de dizer, a própria situação de seareiro não é homogénea, na medida em que podemos encontrar diferentes modalidades de pluriactividade nas quais se entrecruzam distintas posições de classe.

A expansão da cultura arvenses nas grandes herdades e a reduzida capacidade modernizadora por parte dos lavradores favoreceram o desenvolvimento de certas modalidades de agricultura familiar assentes em estratégias de pluriactividade agrícola que conjugavam o arrendamento com o trabalho assalariado.

Contudo, a agricultura familiar não se desenvolveu apenas a partir do arrendamento agrícola. Em muitas situações conjugava-se também com a pequena exploração. Muitas vezes esquece-se que a estrutura fundiária do Alentejo não é composta somente pelo latifúndio: em termos numéricos, a proporção das pequenas parcelas é largamente maioritária na região.

Por intermédio de uma leitura mais atenta da distribuição da propriedade no Alentejo (nos anos 50)²⁰ observamos que a *grande exploração*, apesar de ocupar muito mais área, coexiste com as pequeníssimas e as pequenas explorações, que são maiores em número²¹. Em 1952, na maior parte dos concelhos do Alentejo a proporção de explorações com menos de 10 ha (designadas popularmente por *courelas* ou *ferragiais*) ultrapassava os 50%. É nos concelhos do Alto Alentejo que encontramos as maiores percentagens (chegando, em média, aos 80%); paralelamente, nos concelhos do Baixo Alentejo a média cifra-se nos 55%. Por outro lado, observamos que o número de explorações latifundiárias é claramente residual.

As pequenas explorações tiveram uma importância na região que convém não olvidar, pois, apesar de na maior parte dos casos serem claramente insuficientes para sustentar a família do agricultor, eram uma fonte importante de recursos para a família. Normalmente, estas pequenas parcelas de terra não representavam a actividade principal do agricultor, que se via obrigado a recorrer ao trabalho assalariado e/ou ao arrendamento de outras explorações agrícolas. Deste modo, podemos concluir que a pequena propriedade/exploração era um factor que contribuía para o desenvolvimento de estratégias familiares de pluriactividade e de plurirrendimento.

Número e proporção das explorações por classes de extensão da cultura arvenses em 1952, por NUTS III
(em percentagem)

[QUADRO N.º 2]

Zona geográfica	Com menos de 10 ha	Entre 10 e 50 ha	Entre 50 e 200 ha	Entre 200 e 500 ha	Mais de 500 ha	Total
Alentejo	64,3 (30 351)	24,8 (11 733)	7,2 (3 388)	2,1 (987)	1,6 (767)	100,0 (47 226)
Alentejo Litoral	62,9 (5 347)	26,8 (2 278)	8 (677)	1,5 (126)	0,9 (78)	100,0 (8 506)
Alto Alentejo	79,5 (10 431)	13,4 (1 760)	4,4 (581)	1,3 (170)	1,4 (181)	100,0 (13 123)
Alentejo Central	59,6 6 014	27,5 (2 774)	7,5 (760)	2,9 (291)	2,5 (248)	100,0 (10 087)
Baixo Alentejo	55,2 (8 559)	31,7 (4 921)	8,8 (1 370)	2,6 (400)	1,7 (260)	100,0 (15 510)

Fonte: IEA/INE (1952-1954).

Um indicador preciso da utilização generalizada deste tipo de estratégias diz respeito às formas de exploração imperfeita, que, segundo a terminologia do *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952*, caracteriza a situação em que o agricultor ou os membros da família necessitam de trabalhar fora da exploração para suprir a insuficiência do rendimento desta. Segundo os dados do inquérito, as explorações imperfeitas atingem os 54% no Alto Alentejo, 47% no Alentejo Central e cerca de 45% no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral (v. quadro n.º 3). Estes dados indicam precisamente que a pluriactividade assente numa agricultura familiar que procurava um conjunto diversificado de recursos, de modo a subsistir condignamente, tinha um peso considerável no Alentejo, que convém destacar.

Proporção das explorações imperfeitas, perfeitas e patronais em 1952, por NUTS III
(em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Zona geográfica	Explorações familiares imperfeitas	Explorações familiares perfeitas(a)	Explorações patronais(b)	Total
Alentejo	47,6 (23 750)	26,9 (13 429)	25,4 (12 671)	100,0 (49 850)
Alentejo Litoral	44,5 (3 867)	29,2 (2 535)	26,3 (2 280)	100,0 (8 682)
Alto Alentejo	53,7 (7 565)	23,9 (3 374)	22,5 (3 154)	100,0 (14 093)
Alentejo Central	46,5 (5 029)	25,4 (2 741)	28,1 (3 034)	100,0 (10 804)
Baixo Alentejo	44,8 (7 289)	29,4 (4 779)	25,8 (4 203)	100,0 (16 271)

(a) A exploração é perfeita se o agricultor e a família conseguem viver exclusivamente do rendimento da exploração.

(b) Define-se a situação em que o agricultor emprega trabalhadores assalariados na sua exploração.

Fonte: IEA/INE (1952-1954).

Ao compararmos estes valores com os de outras regiões do país (Rosas *et al*, 1994, p. 39), verificamos que a percentagem das explorações imperfeitas no Alentejo se aproximava da média de alguns distritos localizados a norte do Tejo. Este facto demonstra a importância da pluriactividade como uma estratégia concreta e necessária de subsistência para parte considerável das famílias residentes no meio rural até à primeira metade do século XX.

A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A composição social da população agrícola alentejana compreende, até meados dos anos 60, uma complexidade de situações difíceis de definir.

Como vimos anteriormente, a realidade vivida nos campos alentejanos resulta da combinação de um conjunto de factores que podemos caracterizar a partir do cruzamento de dois eixos de análise. O primeiro salienta o nível de polarização que se estabelece entre a grande e a média propriedade, que ocupam maior área, e a pequena e a pequeníssima propriedade, que são muito superiores em número. O segundo identifica duas formas distintas de organização e de estatuto perante o trabalho, caracterizadas, por um lado, pela exploração por conta própria, que se desenvolve a partir das modalidades de arrendamento e/ou parceria, e, por outro lado, pelo trabalho agrícola assalariado por conta de outrem.

Entre estas quatro dimensões gerava-se um conjunto de interdependências que caracterizámos anteriormente: as dependências do latifúndio relativamente às formas de arrendamento e ao trabalho assalariado; as dependências determinadas pelas modalidades de pluriactividade geradas entre a pequena agricultura, o trabalho assalariado e a função de seareiro.

Tendo por base estas relações interdependentes, é possível identificar um conjunto diferenciado de posições de classe a partir de um esquema complexo e dinâmico das desigualdades sociais. A seguir iremos descrever cada situação de classe tendo por base os critérios enunciados.

Assim, as posições que podem ser caracterizadas de forma relativamente e linear são as classes mais altas, a saber, os latifundiários e os grandes e médios agricultores (lavradores) proprietários e/ou rendeiros. A diferença entre a primeira e as outras categorias tem a ver essencialmente com o estatuto perante as formas de exploração agrícola: os latifundiários possuíam juridicamente extensas herdades, cuja área total raramente exploravam directamente, recorrendo, sempre que possível, ao arrendamento de parte da terra (ou, em alguns casos, mesmo da totalidade)²². As parcelas não arrendadas normalmente não eram dirigidas pelos próprios, delegando essa função no feitor, que detinha uma autoridade quase absoluta perante os restantes trabalhadores. Uma das características que distinguem esta classe das restantes era o facto de não exercer qualquer tipo de trabalho manual (Alier, 1968; Cutileiro, 1977).

Os latifundiários ocupavam-se fundamentalmente com a gestão contabilista e financeira não só do usufruto da exploração agrícola, mas também de outras formas e fontes de rendimento: rendas de imóveis adquiridos, juros de empréstimos cedidos, etc. Na verdade, a maior parte dos latifundiários encontravam-se numa situação de plurirrendimento e, por vezes, de pluriactividade, na medida em que alguns podiam exercer uma actividade profissional exterior ao sector agrícola, nomeadamente profissões que exigiam um elevado nível de qualificação: professores, profissionais liberais, dirigentes da administração pública²³.

O latifundiário residia habitualmente fora das freguesias rurais (e respectivas aldeias) em que se situavam as suas herdades (muitos viviam na sede de concelho ou em Lisboa). Estabelecia-se, assim, um distanciamento claro entre os grandes proprietários, os trabalhadores e a própria comunidade local.

Os lavradores (grandes e médios agricultores) possuíam e ou arrendavam grandes ou médias explorações agrícolas, cujas áreas eram mais reduzidas relativamente às possuídas pelos latifundiários, e, contrariamente a estes, tendiam a gerir e dirigir directamente a empresa agrícola: «[...] salvo várias excepções, os lavradores mantinham um vínculo efectivo com a exploração agrícola» (Martins e Monteiro, 2002, p. 75). Não tendo, por isso, uma diversidade tão intensa de fontes de rendimento não agrícolas.

Para além das categorias anteriores, existia um grupo relativamente homogéneo de agricultores — pequenos e médios proprietários ou rendeiros — que se dedicava exclusivamente à exploração agrícola recorrendo fundamentalmente ao trabalho familiar. Esta situação caracterizava a categoria do isolado agrícola ou do camponês, que tinha um peso relativamente residual na maior parte dos concelhos do Alentejo.

No que diz respeito às classes mais baixas, é indiscutível que parte considerável das famílias encontrava-se numa situação pura de trabalho assalariado, que se podia distinguir em função da estabilidade e precariedade perante o contrato de emprego.

Assim, de um lado existiam os *trabalhadores permanentes* (também designados por *concertados*), que normalmente eram contratados anualmente para a realização de um conjunto específico de serviços nas herdades. Entre estes desenvolvia-se uma complexa divisão do trabalho, podendo utilizar-se dois critérios de diferenciação: a diversidade das funções exercidas e o nível de autoridade praticado. A actividade na herdade constituía-se assim a partir de uma rígida hierarquia na qual a seguir ao patrão (proprietário ou rendeiro) só o feitor detinha o máximo de autoridade organizacional perante todos os trabalhadores.

Contudo, a maior parte dos trabalhadores agrícolas eram temporários, sendo recrutados para a realização das tarefas agrícolas mais importantes, como é o caso da ceifa, da monda, da vindima e da apanha da azeitona.

As quatro posições sociais que descrevemos — latifundiários, grandes e médios agricultores (ou lavradores), isolados (ou camponeses) e trabalhadores assalariados — foram definidas como situações relativamente puras e exclusivas. No entanto, a realidade sócio-económica da vida agrícola era muito mais complexa e diversificada, sobretudo no que diz respeito aos estratos sociais menos favorecidos.

Na verdade, em determinadas faixas da população agrícola o trabalho assalariado podia coexistir com um conjunto de situações impuras, principalmente entre os agricultores que exerciam a actividade de seareiro ou entre aqueles que detinham uma pequena propriedade. Era possível encontrarem-

-se modalidades díspares de pluriactividade que, por exemplo, conjugavam a actividade seareira com a de assalariado agrícola ou com a de pequeno proprietário, etc.

Estas situações de pluriactividade exigiam uma estratégia de divisão e organização do trabalho familiar. Neste sentido, a nível de cada agregado poder-se-ia observar um sem-número de modalidades impossíveis de contabilizar, mas que caracterizavam a vida agrícola de uma parte importante da população alentejana. De facto, estas modalidades de pluriactividade familiar podiam abranger um número mais ou menos elevado de agregados, conforme a situação sócio-económica vivida em cada concelho.

Por outro lado, no seio da população rural começou a emergir, com alguma importância, um conjunto de situações sociais ligadas a outros sectores de actividade não agrícolas. Estes grupos podiam manter uma actividade secundária na agricultura, contribuindo assim para que muitas famílias estabelecessem uma série de articulações entre diferentes modalidades de pluriactividade transversais a diferentes profissões e sectores. A este respeito, é importante ter em conta a reformulação da perspectiva histórica sobre as desigualdades sociais no Alentejo desenvolvida por alguns trabalhos mais recentes que se debruçaram sobre a realidade da zona de Évora durante a primeira metade do século XIX (Rocha, 1991; Silveira, 1991)²⁴.

O REFORÇO DA AGRICULTURA FAMILIAR (1930-1950)

Depois de termos definido o modelo da estrutura social que caracterizava a sociedade tradicional alentejana, iremos estabelecer, por intermédio dos dados estatísticos da época, uma análise diacrónica da evolução das desigualdades sociais no meio rural alentejano durante o período compreendido entre os anos 30 e a década de 60.

Para melhor sistematizar os dados entendemos pertinente autonomizar dois períodos, o primeiro compreendido entre 1930 e 1950 e o segundo centrado nos anos 50 e 60. Esta divisão analítica justifica-se por dois factores de ordem sócio-demográfica que se encontram interligados: até 1950 verifica-se um aumento contínuo da população residente e da população agrícola do Alentejo; a partir dos anos 50 não só se inverte esta tendência, como ocorre uma diminuição estrutural da população residente e agrícola. Estas mudanças justificam só por si uma leitura autonomizada destes dois momentos históricos.

Os objectivos centrais deste estudo orientam-se no sentido de compreender a complexa realidade da estrutura social existente no meio rural e de questionar as interpretações que enfatizam a evolução linear da polarização social. Para tal, consideramos pertinente caracterizar, através dos dados estatísticos, não só a importância que a agricultura familiar tinha na economia agrícola da região, como medir o nível da transformação verificada ao longo destas décadas.

A população agrícola do Alentejo cresce 26% entre 1940 e 1950 (v. quadro n.º 4). De facto, ao longo da década de 40²⁵ a maior parte das zonas ainda conheceram um aumento assinalável, com destaque para os concelhos do

Evolução da população agrícola por categorias sociais, entre os anos de 1930, 1940 e 1950, por NUTS III

[QUADRO N.º 4]

Zona geográfica	1940	1950	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
População activa agrícola (1940-1950)				
Alentejo	177 269	222 810	45 541	+25,7
Alentejo Litoral	30 472	39 725	9 253	+30,4
Alto Alentejo	41 588	52 407	10 819	+26,0
Alentejo Central	46 247	60 898	14 651	+31,7
Baixo Alentejo	58 962	69 780	10 818	+18,3
Zona geográfica	1930	1950	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
Trabalhadores por conta própria (1930-1950)				
Alentejo	43 128	23 882	-19 246	-44,6
Alentejo Litoral	7 861	5 150	-2 711	-34,5
Alto Alentejo	13 947	5 524	-8 423	-60,4
Alentejo Central	10 234	5 253	-4 981	-48,7
Baixo Alentejo	11 086	7 955	-3 131	-28,2
Trabalhadores por conta de outrem assalariados (1930-1950)				
Alentejo	112 128	192 182	80 054	+71,4
Alentejo Litoral	16 439	31 987	15 548	+94,6
Alto Alentejo	22 641	46 027	23 386	+103,3
Alentejo Central	33 364	54 450	21 086	+63,2
Baixo Alentejo	39 684	59 718	20 034	+50,5
Zona geográfica	1940	1950	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
Patrões agrícolas (1940-1950)				
Alentejo	15 667	10 396	-5 271	-33,6
Alentejo Litoral	2 603	2 243	-360	-13,8
Alto Alentejo	3 671	2 543	-1 128	-30,7
Alentejo Central	4 003	2 482	-1 521	-38,0
Baixo Alentejo	5 390	3 128	-2 262	-42,0
Isolados agrícolas (1940-1950)				
Alentejo	11 440	13 486	2 046	+17,9
Alentejo Litoral	2 142	2 907	765	+35,7
Alto Alentejo	2 099	2 981	882	+42,0
Alentejo Central	1 907	2 771	864	+45,3
Baixo Alentejo	5 292	4 827	-465	-8,8

Fonte: RGP/INE de 1930, 1940 e de 1950.

Alentejo Central e Litoral²⁶. Em contrapartida, é no Baixo Alentejo que se encontram os concelhos que menos cresceram.

Este crescimento generalizado da população agrícola não afecta do mesmo modo as diversas categorias sociais. Se estabelecermos uma comparação entre 1930 e 1950 em relação ao número de trabalhadores por conta própria e ao de trabalhadores por conta de outrem assalariados²⁷, observamos um decréscimo assinalável dos primeiros (-45%) relativamente aos segundos, que aumentam fortemente o seu peso (71%).

Dentro da camada dos trabalhadores por conta própria é nos concelhos do Alto Alentejo que se verificam os maiores níveis de diminuição populacional (-60%), seguindo-se o Alentejo Central (-49%). Por seu turno, é no Baixo Alentejo que a diminuição assume menores proporções (-28%).

Paralelamente, observa-se um aumento assinalável do número de trabalhadores assalariados, duplicando no Alto Alentejo (103%) e crescendo, em média, cerca de 95% nos concelhos do Alentejo Litoral, 63% no Alentejo Central e 51% no Baixo Alentejo.

Numa primeira abordagem, estes dados indicam uma tendência inequívoca para o aumento do nível de proletarização da população agrícola. Contudo, a diminuição da camada dos trabalhadores por conta própria e o aumento do volume dos assalariados não podem ser vistos de forma linear, na medida em que, como iremos ver, a evolução dos dois grupos²⁸ que compõem a primeira categoria está longe de ser idêntica..

Neste sentido, é possível estabelecer uma comparação entre os dados dos recenseamentos de 1940 e 1950 relativamente às classes dos patrões e dos isolados agrícolas. Em relação aos primeiros observamos um decréscimo relevante (-34%) que atinge a maior parte dos concelhos, sendo no Baixo Alentejo que se encontram os concelhos mais atingidos (em média, o número de patrões diminui cerca de 42%), seguindo-se o Alentejo Central (-38%) e o Alto Alentejo (-31%); por seu turno, os concelhos do Alentejo Litoral são, em média, os que menos sofrem a diminuição do número de patrões (-14%).

No que diz respeito à situação de isolado agrícola, verifica-se, na maior parte dos concelhos, uma evolução inversa. Na verdade, na região os isolados aumentam, em média, cerca de 18%: 45% no Alentejo Central, 42% no Alto Alentejo e 36% no Alentejo Litoral. Por seu turno, é no Baixo Alentejo (-9%) que encontramos um maior número de concelhos onde se verifica uma diminuição desta classe social.

Por intermédio da leitura dos dados apresentados podemos apontar algumas tendências gerais relativamente à evolução da população agrícola e dos diversos estratos que a compõem. Assim, depreendemos, por um lado, que o aumento da população agrícola entre 1930 e 1950 se deve ao aumento substancial do número de trabalhadores assalariados e, por outro lado, que a diminuição dos trabalhadores por conta própria se relaciona essencialmente com a diminuição dos patrões, na medida em que na maior parte dos concelhos se dá um aumento do número de isolados.

Em termos geográficos, verificámos uma diferença assinalável nos valores dos concelhos do Baixo Alentejo, que, em média, conheceram, entre 1930 e 1950, um menor crescimento da população agrícola e do número de trabalhadores assalariados e, entre 1940 e 1950, uma diminuição da percentagem de isolados agrícolas.

O aumento dos isolados e o decréscimo do número de patrões agrícolas são a tendência geral da maior parte das regiões do país, como observam alguns estudos sobre esta época (Baptista, 1993; Caldas, 1978; Rosas, 1994; Pereira, 1979). Este fenómeno é interpretado como um reforço da agricultura familiar e uma depauperação da situação de alguns sectores da classe patronal que não conseguem manter a exploração agrícola de cariz empresarial. Considera-se que alguns dos patrões se tornaram isolados, explicando deste modo o crescimento assimétrico das duas classes sociais.

No entanto, como refere Castro Caldas, a explicação do «êxodo» patronal não compensa a grande desproporção estabelecida entre o nível da redução do volume de patrões e o reforço do número de isolados. Na verdade, em relação ao Alentejo, contabiliza-se, entre 1940 e 1950, um decréscimo de cerca 5271 patrões e um aumento de apenas 2046 isolados. Neste sentido, o autor considera que, embora algumas famílias possam ter sofrido um processo de mobilidade social descendente, o natural é que possa haver uma identificação e classificação menos rigorosa por parte dos recenseamentos relativamente à situação de patrão (Caldas, 1978, p. 210).

Estas explicações podem ter algum sentido. Contudo, partem de pressupostos não demonstráveis. De facto, não é líquido que o aumento de isolados resultou fundamentalmente da diminuição do número de empresários agrícolas, que passaram a recorrer fundamentalmente ao trabalho familiar. Uma análise mais pormenorizada dos dados recenseados leva-nos a considerar outras hipóteses. Os recenseamentos à população de 1940 e 1950 distinguem, relativamente aos trabalhadores por conta própria, a situação de proprietário da de rendeiro/parceiro. A partir desta separação iremos ver em que medida se estabelece essa transferência directa entre patrões agrícolas que se tornaram isolados.

Assim, se dentro da classe dos patrões autonomizarmos o grupo dos proprietários (v. quadro n.º 5), verificamos que, em média, a sua diminuição é estrondosa (-42%): -49% no Alentejo Central, -48% no Baixo Alentejo, -42% no Alto Alentejo e -16% no Alentejo Litoral. Comparando as tendências enunciadas, chegamos à conclusão de que a redução total do número de patrões resulta, sobretudo, do decréscimo ocorrido nos proprietários. Em algumas zonas o saldo negativo dos patrões proprietários ultrapassa o saldo total da classe: por exemplo, no Alentejo Central houve uma redução de cerca de 1632 proprietários, enquanto no seu conjunto os patrões diminuem em cerca de 1521 elementos recenseados. Estas diferenças explicam-se pelo pequeno reforço ocorrido em alguns concelhos do grupo dos patrões rendeiros.

Em contrapartida, na classe dos isolados, embora se observe um aumento quer na situação de proprietário (7%), quer na de reneiro (32%), é nesta última que se identifica um reforço considerável. De facto, se exceptuarmos os concelhos do Litoral, nos quais os isolados proprietários aumentam 40% (em média) relativamente aos reneiros, que crescem 29%, noutras zonas verifica-se que o peso dos reneiros é claramente reforçado. Assim, no Alto Alentejo os isolados proprietários só crescem 6%, enquanto os reneiros aumentam 97%, e nos concelhos do Alentejo Central observa-se, em média, a mesma tendência — um crescimento de 13% dos proprietários e uma duplicação do número de reneiros (103%). No caso dos concelhos do Baixo Alentejo, apesar de o número total de isolados decrescer, é o grupo dos proprietários que mais efectivos perde (-12%) relativamente aos reneiros (-6%).

Podemos concluir, através destes números, que existe um reforço da situação de reneiro quer entre os patrões, quer a nível dos isolados. Como se pode ler no quadro n.º 5, dentro de cada uma das classes a situação de

**Evolução do número de proprietários na categoria dos patrões
e dos isolados e do número de reneiros na categoria
dos isolados agrícolas entre 1940 e 1950, por NUTS III***

[QUADRO N.º 5]

Zona geográfica	1940	1950	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
Patrões proprietários				
Alentejo	12 228	7 098	-5130	-42,0
Alentejo Litoral	1 915	1 615	-300	-15,7
Alto Alentejo	2 701	1 570	-1131	-41,9
Alentejo Central	3 343	1 711	-1632	-48,8
Baixo Alentejo	4 269	2 202	-2067	-48,4
Isolados proprietários				
Alentejo	6 278	6 697	419	+6,7
Alentejo Litoral	1 243	1 745	502	+40,4
Alto Alentejo	1 316	1 395	79	+6,0
Alentejo Central	1 164	1 311	147	+12,6
Baixo Alentejo	2 555	2 246	-309	-12,1
Isolados reneiros				
Alentejo	5 162	6 789	1 627	+31,5
Alentejo Litoral	899	1 162	263	+29,3
Alto Alentejo	783	1 586	803	+102,6
Alentejo Central	743	1 460	717	+96,5
Baixo Alentejo	2 737	2 581	-156	-5,7

* Neste quadro não apresentamos a evolução do número de patrões reneiros pelo facto de se ter mantido relativamente estabilizado (decreceu apenas 141 elementos para todo o Alentejo ao longo da década considerada).

Fonte: RGP/INE de 1940 e de 1950.

proprietário perde um peso considerável entre 1940 e 1950. Isto é, pode depreender-se que durante a década de 40 não só aumentaram as modalidades de exploração agrícola sob a forma de arrendamento, como se reforçou o peso da agricultura familiar devido ao aumento dos isolados rendeiros na região.

Por outro lado, não é possível estabelecer uma relação directa entre o aumento dos isolados e a diminuição do número de patrões, na medida em que nos primeiros se verifica um reforço dos rendeiros, enquanto nos segundos o decréscimo abrange fundamentalmente o grupo dos proprietários. Deste modo, os possíveis percursos de mobilidade social descendente não são suficientemente numerosos para explicar a discrepância observada, isto é, a transferência para a classe dos isolados abrangeu um número restrito de patrões agrícolas.

A diminuição do número de patrões recenseados pode explicar-se por intermédio de dois factores interdependentes, um de ordem sociológica, outro relacionado com critérios de classificação estatística. O primeiro factor tem a ver com o suposto aumento dos níveis de pluriactividade e de plurirrendimento da classe patronal, que tende a recorrer a actividades não agrícolas, fruto de um investimento nouro tipo de capital, nomeadamente o capital escolar.

Esta tendência, segundo alguns autores (Cutileiro, 1977; Barros, 1986), afecta, entre outras, as famílias dos grandes lavradores e latifundiários, levando-as a encararem a agricultura como uma actividade cada vez mais secundária. Este facto pode explicar o não recenseamento de parte substancial destes indivíduos como patrões agrícolas, na medida em que passam a ser recenseados pela sua actividade principal exterior à agricultura.

Na verdade, ao confrontarmos duas fontes estatísticas realizadas na mesma altura²⁹, verificamos que o número de explorações patronais contabilizadas pelo *IEA* ultrapassa em muito o número de patrões recenseados pelo *RGP*. A dissonância entre estas duas fontes justifica, até certo ponto, a diminuição verificada nos números da classe dos patrões proprietários. Mas demonstra também o aumento dos níveis de absentismo, que tendem a secundarizar a exploração agrícola directa em detrimento do recurso aos contratos de arrendamento, que parecem aumentar nos inícios dos anos 50 devido ao respectivo crescimento do grupo dos rendeiros.

A tendência para a agricultura se tornar cada vez mais uma actividade secundária por parte de determinados sectores patronais e o aumento do número de isolados rendeiros cuja actividade se desenvolve à custa da agricultura familiar espelham bem, por um lado, a situação de dependência da grande propriedade em relação ao arrendamento e à agricultura familiar e, por outro lado, a incapacidade de os grandes proprietários investirem na mecanização e modernização da agricultura.

MECANIZAÇÃO E POLARIZAÇÃO SOCIAL (1950-1960)

Entre 1950 e 1960 a população agrícola do Alentejo decresce na ordem dos 12%, em média. Os concelhos mais afectados localizam-se no Alto Alentejo (-18%), seguindo-se os situados na zona central, no Baixo Alentejo e no litoral (-13%, -10% e -4%, respectivamente).

O grau de mecanização das explorações agrícolas cresce consideravelmente entre as décadas de 50 e de 60. Tendo por base os dados dos IEA realizados em 1952-1954 e em 1968, verificamos que o número de explorações que utilizavam pelo menos um motor (de combustão e/ou eléctrico) aumentou, em média, no Alentejo cerca de 135%: 208% nos concelhos do Alentejo Litoral, 175% no Alentejo Central, 156% no Alto Alentejo e somente 21% no Baixo Alentejo. Relativamente ao uso de pelo menos um tractor nas explorações, observamos um aumento ainda mais considerável: 317%, em média, no total da região, 375% no Alentejo Litoral, 397% no Alto Alentejo, 344% no Alentejo Central e 247% no Baixo Alentejo.

Evolução da população agrícola entre 1950 e 1960, por NUTS III

[QUADRO N.º 6]

Zona geográfica	População em 1960	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
Alentejo	196 759	-26 051	-11,7
Alentejo Litoral	38 011	-1 714	-4,3
Alto Alentejo	43 153	-9 254	-17,7
Alentejo Central	52 925	-7 973	-13,1
Baixo Alentejo	62 670	-7 110	-10,2

Fonte: RGP/INE de 1950 e de 1960.

Estes dados são sintomáticos em relação ao processo de mecanização ocorrido durante os anos 50 e 60 e que representa uma mudança profunda em relação aos modos de produção tradicionais.

A evolução da estrutura social agrícola, entre 1950 e 1960 caracteriza-se por uma diminuição de efectivos em todas as categorias. Observa-se, assim, a continuação da redução do número de patrões (-32%), que desce, em média, 41% no Alentejo Central, 35% no Alto e no Baixo Alentejo e 16% no Alentejo Litoral. Relativamente aos isolados, verifica-se um importante decréscimo do seu número, ao contrário do que tinha sucedido na década anterior (-20%). Nesta classe o saldo negativo é mais acentuado no Alentejo Litoral (-32%), seguindo-se proporcionalmente as zonas do Alto Alentejo (-21%), do Alentejo Central (-16%) e do Baixo Alentejo (-15%).

Durante este período assiste-se a um decréscimo expressivo dos agricultores rendeiros, que vêm diminuir o seu peso face aos agricultores proprie-

tários. Assim, a nível dos patrões rendeiros, o saldo entre 1950 e 1960 é bastante negativo (-48%): decresce 52% no Baixo Alentejo, 49% no Alentejo Central, 46% no Alto Alentejo e 44% no Alentejo Litoral. Esta situação reforça ainda mais o decréscimo generalizado da classe dos patrões, na medida em que no grupo dos proprietários continua a manter-se um saldo negativo, embora não tão acentuado como na década anterior.

Evolução do número de proprietários e de rendeiros nas categorias dos patrões e dos isolados agrícolas entre 1950 e 1960, por Nuts III

[QUADRO N.º 7]

	Var. abs.	Saldo	Taxa de variação (percentagem)	Var. abs.	Saldo	Taxa de variação (percentagem)
Patrões agrícolas			Isolados agrícolas			
Alentejo	7 024	-3 372	-32,4	10 769	-2 717	-20,1
Alentejo Litoral	1 876	-367	-16,4	1 988	-919	-31,6
Alto Alentejo	1 652	-891	-35	2 342	-639	-21,4
Alentejo Central	1 458	-1 024	-41,3	2 324	-447	-16,1
Baixo Alentejo	2 038	-1 090	-34,8	4 115	-712	-14,8
Patrões proprietários			Isolados proprietários			
Alentejo	5 306	-1 792	-25,2	7 090	393	+5,9
Alentejo Litoral	1 524	-91	-5,6	1 698	-47	-2,7
Alto Alentejo	1 127	-443	-28,2	1 375	-20	-1,4
Alentejo Central	1 065	-646	-37,8	1 486	175	+13,3
Baixo Alentejo	1 590	-612	-27,8	2 531	285	+12,7
Patrões rendeiros			Isolados rendeiros			
Alentejo	1 718	-1 580	-47,9	3 679	-3 110	-45,8
Alentejo Litoral	352	-276	-43,9	290	-872	-75,0
Alto Alentejo	525	-448	-46	967	-619	-39,0
Alentejo Central	393	-378	-49	838	-622	-42,6
Baixo Alentejo	448	-478	-51,6	1 584	-997	-38,6

Fonte: RGP/INE de 1950 e de 1960.

Contudo, é na camada social dos isolados que se denota a maior inversão relativamente aos anos 40, pois, embora o volume dos isolados proprietários se mantenha praticamente ao nível de 1950, é no grupo dos rendeiros que se assiste a uma brutal redução de efectivos (-46%): 75% na média dos concelhos do litoral, 43% na zona central e cerca de 39% no Alto e no Baixo Alentejo. Esta diminuição é tanto mais significativa quanto sabemos que este grupo conheceu um enorme crescimento na década de 40.

A tendência para a redução dos rendeiros representa um dos primeiros efeitos da mecanização da agricultura, sobretudo a nível da grande propriedade, que se torna menos dependente dos contratos de exploração por

arrendamento e, conseqüentemente, menos dependente da agricultura familiar.

Como podemos observar no quadro n.º 8, o peso dos proprietários reforça-se claramente dentro da classe dos patrões e dos isolados, o que representa uma viragem relativamente à evolução dos anos anteriores. Depreende-se assim que a agricultura familiar, que se desenvolvia a partir dos contratos de arrendamento e de parceria, perde uma importância decisiva no seio das diversas modalidades de exploração agrícola e de organização do trabalho. Esta situação acentuar-se-á irreversivelmente ao longo dos anos 60.

No entanto, convém salientar que determinados sectores da agricultura familiar conseguem resistir ao longo das décadas abordadas, como demonstra a persistência do grupo dos isolados proprietários, que praticamente mantém o seu volume entre 1940 e 1960. Esta estabilidade é reveladora da importância atribuída à posse de terra, que favorece a fixação geográfica e a manutenção dos modos de vida rurais das famílias camponesas num contexto em que a maior parte dos grupos sociais perde população devido aos fluxos migratórios que se intensificarão ao longo da década de 60.

**Proporção dos proprietários na categoria dos patrões
e dos isolados em 1960, por NUTS III**

[QUADRO N.º 8]

Zona geográfica	Proporção de proprietários na categoria dos patrões (percentagem)	Proporção de proprietários na categoria dos isolados (percentagem)
Alentejo	75,5	65,8
Alentejo Litoral	81,2	85,4
Alto Alentejo	68,2	58,7
Alentejo Central	73	63,9
Baixo Alentejo	78	61,5

Fonte: RGP/INE de 1960.

Uma abordagem mais abrangente da composição social agrária em 1960 leva-nos a observar a existência de um crescimento proporcional da camada dos trabalhadores por conta de outrem, apesar de estes sofrerem uma diminuição numérica. Neste sentido, podemos dizer que, em termos relativos, aumenta o índice de proletarização face à percentagem dos patrões, que se reduz ainda mais. Isto é, o início dos anos 60 pauta-se por um reforço da bipolarização entre patrões e trabalhadores e por uma redução das classes intermédias. Assim, a nível da estrutura social, a mecanização agrícola afecta principalmente, e num primeiro momento, a actividade dos pequenos agricultores rendeiros (e seareiros), que se reduz consideravelmente³⁰.

CONCLUSÃO

Por intermédio da leitura dos dados dos diversos recenseamentos verificámos que a estrutura social do meio rural e agrícola compreendida entre os anos 30 e os anos 50 revela uma maior complexidade relativamente aos modelos de estratificação social que incidem na acentuação da polarização social. Os resultados da análise comprovam que a agricultura familiar não só resiste, como reforça a sua importância entre 1940 e o início dos anos 50, o que põe em causa a tese do progressivo definhamento deste tipo de agricultura nos anos seguintes ao impacto económico da campanha do trigo.

De facto, durante a década de 40 identifica-se um aumento do número de agricultores rendeiros (sobretudo de isolados), ao mesmo tempo que se observa um decréscimo acentuado de patrões (principalmente proprietários).

A agricultura familiar assente nas diversas modalidades de arrendamento e de parceria só perde importância a partir de finais dos anos 50, durante os quais se verifica uma grande diminuição dos agricultores rendeiros (isolados e patrões). A regressão da agricultura familiar neste período deve-se, acima de tudo, ao decréscimo no recurso ao arrendamento agrícola provocado em grande parte pelo incremento da mecanização.

Para além do arrendamento, as famílias de agricultores menos abastados recorriam, sempre que necessário, a outro tipo de ocupações agrícolas e não agrícolas. Assim, na Região do Alentejo podemos dizer que um sector importante da população rural exercia um conjunto diversificado de actividades, conjugando diferentes formas de trabalho e fontes de rendimento.

Por este motivo, consideramos que a definição da estrutura de classes agrícolas deverá compreender um aspecto essencial que caracteriza desde sempre a vida rural (tanto a norte como a sul): a pluriactividade e o plurirrendimento. Neste sentido, o modelo de estratificação apresentado por alguns autores sobre a sociedade rural alentejana parece-nos um tanto rígido e fixo, sobretudo no que diz respeito à caracterização da camada social composta pelos pequenos agricultores, nomeadamente os seareiros, na medida em que é precisamente nesta classe que se encontram as situações menos «puras» e unívocas.

NOTAS

¹ A pluriactividade caracteriza a diversidade de actividades e de funções exercidas pelo conjunto dos elementos pertencentes a um mesmo agregado familiar. Por sua vez, o plurirrendimento representa a variedade dos recursos e das fontes de rendimento. Em alguns casos o plurirrendimento pode não significar pluriactividade, como no caso das famílias que, para além da actividade profissional, têm outras fontes de rendimento (juros, remessas de familiares emigrantes, etc.).

² Cf. *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-1954, Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968, Recenseamento Geral da População de 1930, Recenseamento Geral da População de 1940, Recenseamento Geral da População de 1950, Recenseamento Geral da População de 1960.*

³ Os recenseamentos dividem a população agrícola portuguesa em quatro categorias pre-definidas, a saber: *patrões* — recenseados que tivessem um ou mais empregados ou assalariados por sua conta; *isolados* — recenseados que, trabalhando por sua conta, não tivessem empregados ou assalariados; *trabalhadores por conta de outrem* — recenseados que trabalhassem para outrem, quer em tempo total, quer em tempo parcial, e recebessem uma remuneração em dinheiro e/ou em géneros pelo trabalho realizado; *trabalhadores familiares não remunerados* — recenseados que trabalhassem para o estabelecimento ou empresa explorada por pessoa de família, sem receberem qualquer remuneração (Pereira, 1979, p. 110).

⁴ Cf. Alier (1968), Cutileiro (1977), O' Neill (1984) e Sobral (1998).

⁵ Cutileiro designa-os por *proprietários*.

⁶ Pequenos agricultores que estabeleciam contratos de parceria e/ou arrendamento com os grandes lavradores e proprietários.

⁷ Não deixa de ser interessante verificar que Silbert (1978) propõe um sistema de estratificação social para a análise da sociedade agrária alentejana em finais do «ancien régime» (finais do século XVIII e princípios do século XIX) que é muito próximo do modelo apresentado por Cutileiro. Num contexto em que os grandes latifúndios ainda eram propriedade das casas senhoriais e da Igreja, Silbert identifica três posições sociais bem definidas e relativamente estanques, a saber, o lavrador (sobretudo o lavrador rendeiro), o seareiro e o trabalhador assalariado.

⁸ A obra caracteriza tanto o período anterior à revolução como o processo de reforma agrária que decorreu posteriormente.

⁹ O estudo de Eduardo de Freitas *et al.* (1976), pp. 63-66, refere-se brevemente à categoria dos semiproletários agrícolas.

¹⁰ Termo utilizado por alguns autores para designar o sistema latifundiário (Alier, 1968; Barros, 1983 e 1986; Sivilla-Guzmán, 1980).

¹¹ Cf. Baptista (1980 e 1993), Barros (1986), Cutileiro (1977) e Rosas (1994).

¹² A chamada «lei da fome» de 1899 e a «campanha do trigo» iniciada em 1929.

¹³ Como demonstram Pais *et al.* (1976), as medidas principais levadas a cabo pela «campanha do trigo» de 1928/29 (subsídios às arroteias, protecção ao preço do trigo e apoio ao crédito) beneficiaram fundamentalmente os grandes agricultores, em detrimento dos seareiros e dos pequenos e médios agricultores, que raramente usufruíram destas condições.

¹⁴ V., a este respeito, Reis (1993), sobre o impacto das leis de 1889 e de 1899, e, sobre a política agrícola do Estado Novo até meados dos anos 50, Baptista (1993) e Rosas (1994, 2000).

¹⁵ Para uma análise mais sistematizada destas questões históricas, v. Carmo (2007), pp. 36-51.

¹⁶ A propósito do *seareiro*, v. Baptista (1980), Galvão (1949) e Pinto (1941).

¹⁷ Como demonstra J. Mira Galvão (1949), da maior parte das parcerias praticadas resultava uma situação de prejuízo para o seareiro, exceptuando os casos em que este cultivava em terras que produziam 12 ou mais sementes (normalmente a terras não produziam mais do que 8 sementes).

¹⁸ Segundo os dados do *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-1954*, no Alentejo mais de 90% dos seareiros não empregavam regularmente mão-de-obra assalariada.

¹⁹ É interessante verificar que em zonas mineiras, como eram os casos de São Domingos ou de Aljustrel, os *seareiros* e também os *maiorais* e os *almocreves*, que trabalhavam com os animais na lavoura, acumulavam a sua actividade agrícola com uma série de trabalhos de transporte de minério utilizando a parelha de muars. Nestes casos, a pluriactividade constituía um conjunto de funções nas quais se conjugavam, simultaneamente, o sector agrícola e a indústria mineira (Guimarães, 2001, p. 118).

²⁰ Estes dados contabilizam as explorações com cultura arvensê, que eram largamente maioritárias no Alentejo.

²¹ Utilizamos os cinco escalões de divisão da propriedade apresentados por Afonso de Barros (1986): *pequeníssima propriedade* (até aos 10 ha), *pequena propriedade* (dos 10 aos 50 ha), *média propriedade* (dos 50 aos 200 ha), *grande propriedade* (dos 200 aos 500 ha) e *latifúndio* (mais de 500 ha). Existe uma outra tipologia que estabelece uma divisão um pouco diferente, mas que não se coaduna com os indicadores estatísticos utilizados pelos diversos recenseamentos agrícolas do INE (a este respeito, v. Barros, 1934, e Pinto, 1941).

²² A situação de agricultor absentista pode aplicar-se a parte dos indivíduos que compunham esta classe; no entanto, esta não é de todo generalizável. Um sector «[...] moderno, formado por verdadeiras empresas capitalistas que recorriam aos *inputs* tecnológicos e possuíam frequentemente as suas próprias estruturas de comercialização [...]» (Barreto, 1987, pp. 65-66), começa a desenvolver-se sobretudo a partir de finais da década de 50.

²³ A situação de pluriactividade dentro da classe dos grandes proprietários generalizou-se a partir dos anos 50 e sobretudo na década seguinte, quando muitos optam por tirar um curso superior e exercer uma actividade profissional fora do sector agrícola (Cutileiro, 1977, p. 59).

²⁴ O âmbito deste artigo limita-se à análise dos diversos grupos sociais agrícolas. Contudo, consideramos que para uma visão completa da sociedade rural alentejana é necessário contemplar outras categorias sociais que, embora não exercessem uma actividade principal no sector agrícola, detinham um papel importante na composição e organização social.

²⁵ Infelizmente, não é possível calcular de forma credível a evolução da população agrícola activa a partir de 1930 devido à sobre-representação que o grupo dos trabalhadores familiares assume em relação ao total da população contabilizada (*RGP de 1930*). No entanto, é possível definir a evolução entre 1930 e 1950 das categorias dos trabalhadores por conta própria e trabalhadores assalariados por conta de outrem, como iremos ver a seguir.

²⁶ Utilizamos a classificação do *RGP de 1991* para a composição dos NUTS III.

²⁷ Para determinar a evolução desta categoria entre os dados dos recenseamentos de 1930 e de 1950 excluiu-se a situação do trabalhador familiar.

²⁸ O grupo dos proprietários e o dos rendeiros.

²⁹ O *Recenseamento Geral da População de 1950 (RGP)* e o *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-4 (IEA)*.

³⁰ No entanto, a redução ocorrida nas classes intermédias (identificadas, em parte, pela categoria de *isolado agrícola*) não pode ser lida de forma absoluta e linear. De facto, novos grupos emergiram e desenvolveram-se com a mecanização, como é o caso da situação dos «alugadores de máquinas», que incluíam «[...] tanto pequenos agricultores, como antigos seareiros e pequenos rendeiros que a partir da segunda metade do século XX começaram a investir na maquinaria agrícola também com o objectivo de as alugar» (Martins e Monteiro, 2002, p. 287).

BIBLIOGRAFIA

- ALIER, JUAN MARTINÉZ (1968), *La Estabilidad del Latifundismo*, França, Ruedo Ibérico.
- AMARAL, LUCIANO (1996), «Política económica: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC», in *Análise Social*, vol. xxxi, n.º 2-3, pp. 465-486.
- AMARAL, LUCIANO (1994), «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)», in *Análise Social*, vol. xxix, n.º 4, pp. 889-906.
- BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (1993), *A Política Agrária do Estado Novo*, Porto, Edições Afrontamento.
- BAPTISTA, FERNANDO OLIVEIRA (1980), «Economia do latifúndio — o caso português», in Afonso de Barros (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 341-372.

- BARRETO, ANTÓNIO (1987), *Anatomia de Uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- BARROS, AFONSO DE (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O Caso de Uma Freguesia do Baixo Alentejo*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- BARROS, AFONSO DE, e MENDES, FERNANDO RIBEIRO (1983), «Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 75, pp. 57-78.
- BARROS, HENRIQUE DE (1980), «O latifúndio — tentativa de caracterização económica», in Afonso de Barros (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 15-28.
- BARROS, HENRIQUE DE (1934), *A População e o Trabalho Agrícolas na Freguesia de Cuba*, boletim n.º 11, série A, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura.
- CALDAS, EUGÉNIO DE CASTRO (1978), *A Agricultura Portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- CALDAS, EUGÉNIO DE CASTRO (1960), *Modernização da Agricultura*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- CARMO, RENATO MIGUEL DO (2007), *De Aldeia a Subúrbio: Trinta anos de uma comunidade Alentejana*, Lisboa, Imprensa da Ciências Sociais.
- CARMO, RENATO MIGUEL DO (2005), *Alentejo: entre a Urbanização e a Marginalização*, tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- CUTILEIRO, JOSÉ (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa.
- FONSECA, HELDER ADEGAR (1996), *Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FONSECA, HELDER ADEGAR, e SANTOS, RUI (2001), «Três séculos de mudanças no sector agrícola alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX», in *Ler História*, n.º 40, pp. 367-404.
- FREITAS, EDUARDO DE, ALMEIDA, JOÃO FERREIRA, e CABRAL, MANUEL VILLAVERDE (1976), *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura*, Lisboa, Editorial Presença.
- GALVÃO, J. MIRA (1949), *O Seareiro*, Beja, Minerva Comercial.
- GUIMARÃES, PAULO EDUARDO (2001), *Indústria e Conflito em Meio Rural. Os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS.
- MARTINS, CONCEIÇÃO ANDRADE, e MONTEIRO, NUNO GONÇALO (orgs.) (2002), *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*, in Nuno Luís Madureira (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. III, Oeiras, Celta Editora.
- O'NEILL, BRIAN JUAN (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana (1870-1976)*, Lisboa, Dom Quixote.
- PAIS, MACHADO, et al. (1976), «Elementos para a história do fascismo nos campos: a campanha do trigo: 1928-38 (I)», in *Análise Social*, vol. XII, n.º 46, pp. 401-473.
- PEREIRA, MÁRIO (1979), *Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970) — Suas Relações com a População e a Produção Agrícola*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- PICÃO, JOÃO DA SILVA (1983 [1903]), *Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos*, Lisboa, D. Quixote.
- PINTO, JOAQUIM BUGALHO (1941), *O Seareiro na Freguesia de Cabeça Gorda – Concelho de Beja*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia (dactilografado).
- REIS, JAIME (1993), *O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica: Estudos sobre a Economia Portuguesa na Segunda Metade do Século XIX (1850-1930)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- RIBEIRO, ORLANDO (1998 [1945]), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7.ª ed., Lisboa, Sá da Costa.
- RIBEIRO, ORLANDO (1970), *A Evolução Agrária no Portugal Mediterrânico. Notícia e Comentário de Uma Obra de Albert Sibert*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

- ROCHA, MARIA MANUELA (1991), «Níveis de fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo: Monsaraz, 1800-50», in *Análise Social*, vol. XXVI, n.ºs 112-113, pp. 629-652.
- ROSAS, FERNANDO (2000), *Salazarismo e o Fomento Económico*, Lisboa, Editorial Notícias.
- ROSAS, FERNANDO, et al. (1994), *Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SEVILLA-GUZMAN, EDUARDO (1980), «Reflexiones teóricas sobre el concepto sociológico de latifúndio», in Afonso de Barros (coord.), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 29-46.
- Silbert, ALBERT (1978), *Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime: XVIII^e - début de XIX^e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*, 3 vols., Lisboa, INIC.
- SILVEIRA, LUÍS ESPINHA DA (1991), «Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX», in *Análise Social*, vol. XXVI, n.ºs 112-113, pp. 585-612.
- SOBRAL, JOSÉ MANUEL (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de Uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- VACAS, MÁRIO NUNES (2000 [1944]), *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri.
- WRIGHT, ERIK OLIN (1994). «Análise de classes, história e emancipação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 40, pp. 3-36.